

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales

DADOS DO CANDIDATO

NOME: _____
CPF: _____
ASS.: _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 30 questões numeradas de 1 a 30, dispostas da seguinte maneira:
a) as questões de 1 a 10 são relativas à área de Língua Portuguesa.
b) as questões de 11 a 30 são relativas à área de Conhecimentos em Legislação.
2. Confira se o seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões há 5 opções e apenas uma alternativa correta. Leia cuidadosamente as questões e marque a resposta correta no CARTÃO DE RESPOSTAS.
4. O tempo disponível para fazer a prova é de uma hora e trinta minutos (1h e 30 min). Ao concluí-la entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao Fiscal.
5. Reserve os 15 minutos finais para marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS. Os rascunhos e as marcações assinadas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
6. Preencha o CARTÃO DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta. Observe criteriosamente as orientações no CARTÃO DE RESPOSTA e evite descuidados que poderão anular sua(s) resposta(s). Cada candidato tem direito a apenas um CARTÃO DE RESPOSTA.
7. Assine a lista de frequência que será passada pelo Fiscal com assinatura similar ao seu documento de identificação. Mantenha seu documento de identificação sobre a mesa para que o Fiscal possa comparar a similaridade da assinatura realizada no ato da prova.
8. As provas devem ser feitas individualmente e sem consulta. Qualquer tentativa de fraude implicará o cancelamento de sua inscrição.

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 e 2

Cidade mais populosa do País, São Paulo ultrapassou os 12 milhões de habitantes, conforme estimativa da população divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população paulistana chegou a 12.038.175 em 2016. Em 2015, eram 11.967.825 moradores.

O Estado de São Paulo tem 44,749 milhões de habitantes, mais do que o dobro da população de Minas, que chegou a 20,997 milhões de habitantes. Rio está em terceiro, com 16,635 milhões de pessoas, seguido pela Bahia, com 15,276 milhões. Os Estados menos populosos são Roraima (514,2 mil), Amapá (782,3 mil), Acre (816,6 mil) e Tocantins (1,532 milhão). O Sudeste concentra os três maiores Estados, enquanto os cinco menores estão no Norte.

Em comparação com 2015, manteve-se o número de 17 cidades com mais de 1 milhão de habitantes. O Rio é a segunda cidade no ranking, com 6,498 milhões de habitantes, seguida por Brasília (2,977 milhões), Salvador (2,938 milhões) e Fortaleza (2,609 milhões). O número de municípios com mais de 500 mil habitantes também se manteve: 41.

(LEAL, L. N. Cidade de São Paulo chega a 12 milhões de habitantes. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-de-sao-paulo-chega-a-12-milhoes-de-habitantes,10000072909>>. Acesso em: 28 mar. 2017. Com adaptações.)

1) Com base nas ideias do texto, assinale a opção incorreta:

- a) São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil.
- b) Até 2015, a população paulistana era menor que 12 milhões de habitantes.
- c) O Estado de São Paulo tem mais do que o dobro da população de Minas Gerais.
- d) São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os estados mais populosos do País.
- e) A população da Bahia é maior do que a do Estado do Rio de Janeiro.

2) Com base nas ideias do texto, assinale a opção incorreta:

- a) Os estados menos populosos do Brasil estão na região Norte.
- b) O estado com a menor população do País é Roraima.
- c) Em 2016, houve um aumento no número de cidades com mais de 1 milhão de habitantes.
- d) Brasília é a terceira cidade mais populosa do Brasil.
- e) Em 2016, permaneceu o número de 41 municípios com mais de 500 mil habitantes.

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Texto para a questão 3

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE), aprovado e sancionado em 31 de julho de 2014, traz um amplo conjunto de diretrizes, estratégias e medidas para ordenar a transformação da cidade. Representa um pacto da sociedade em direção à justiça social, ao uso mais racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade de vida e à intensa participação social nas decisões sobre o futuro de São Paulo. O impacto do PDE para a cidade, no dia a dia das pessoas, é grande e será cada vez maior.

O PDE estabelece a defesa de um projeto de cidade democrática, inclusiva, ambientalmente responsável, produtiva e, sobretudo, com qualidade de vida. Persegue uma visão estratégica que pautas as ações de planejamento. As grandes questões da cidade, como mobilidade, meio ambiente, moradia e trabalho, extrapolam os limites administrativos do município. São Paulo – cidade e metrópole – exige uma visão sistêmica.

(SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014; texto ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015. Com adaptações.)

3) Com base nas ideias do texto, assinale a opção correta:

- a) O PDE traz um amplo conjunto de diretrizes, estratégias e medidas a fim de ordenar a transformação da cidade.
- b) O impacto do Plano Diretor Estratégico para o município de São Paulo é pequeno.
- c) O Plano Diretor Estratégico não visa à intensa participação social nas decisões sobre o futuro de São Paulo.
- d) A mobilidade, a moradia e o trabalho são grandes questões da cidade, com exceção do meio ambiente.
- e) As ações de planejamento da cidade de São Paulo devem ser tratadas a uma visão sistêmica metropolitana.

4) Assinale a alternativa em que os verbos indicados estão flexionados adequadamente:

I. Neste exercício, _____ recursos orçamentários para retomar as obras. (faltar)

II. _____ dois anos que a obra foi paralisada. (fazer)

III. _____ muitas falhas no projeto executivo da obra. (haver)

- a) falta – fazem – havia
- b) faltam – faz – haviam
- c) faltam – fazem – havia
- d) faltam – faz – havia
- e) falta – fazem – haviam

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

5) Assinale a alternativa em que, segundo a norma-padrão, há erro de regência verbal:

- a) A decisão acarretou prejuízos ao erário.
- b) O vírus zika provavelmente chegou no Brasil em 2013.
- c) O prefeito comunicou as mudanças aos servidores.
- d) Cabe aos vereadores acompanhar as ações do Executivo municipal.
- e) O governo obrigou os contribuintes a pagar mais impostos.

6) Leia as frases:

I. As mordeduras por cães e gatos são um grande problema de saúde pública.

II. A informação e educação das pessoas é fundamental para a boa convivência com cães e gatos.

III. Os cães e os gatos tem histórias distintas de domesticação.

Está(ao) correta(s), quanto à concordância verbal e nominal, apenas a(s) frase(s)

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

7) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das frases abaixo, de acordo com a norma-padrão de regência:

I. São imunes _____ recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) os templos de qualquer culto.

II. A falta de recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) pelo prestador de serviço nos prazos estabelecidos em lei implicará _____ cobrança de multa.

III. O contribuinte deve informar _____ Prefeitura de São Paulo as alterações dos dados cadastrais do imóvel no prazo de sessenta dias da sua ocorrência.

- a) do – a – a
- b) ao – na – à
- c) do – a – à
- d) ao – na – a
- e) do – na – à

8) A frase está totalmente correta quanto à concordância verbal em:

- a) Em 93 distritos da cidade de São Paulo, são feitas coleta seletiva de resíduos secos.
- b) A destinação dos resíduos secos e orgânicos são feitos em dois aterros sanitários.
- c) Aos munícipes cabem a responsabilidade até a disponibilização dos resíduos para a coleta.
- d) Existe iniciativas relevantes de recuperação de resíduos orgânicos em São Paulo.
- e) No município de São Paulo, coletam-se diariamente, na média, 12 mil toneladas de resíduos domiciliares.

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

9) Assinale a alternativa em que, segundo a norma-padrão, há erro de regência verbal:

- a) Os procedimentos de poda deverão obedecer ao “Manual Técnico de Poda de Árvores”.
- b) O arrematante deve pagar ao leiloeiro o valor da comissão.
- c) O programa consiste em promover o aumento das vagas na educação infantil.
- d) A ouvidoria deve cientificar as autoridades das denúncias apresentadas.
- e) A população prefere contratar planos de saúde particulares do que depender do Sistema Único de Saúde (SUS).

10) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a pontuação está corretamente empregada em:

- a) Frequentemente o bairro Jardim Pantanal, localizado às margens do rio Tietê, sofre com os alagamentos e as enchentes.
- b) Frequentemente, o bairro, Jardim Pantanal, localizado às margens do rio Tietê, sofre com os alagamentos, e as enchentes.
- c) Frequentemente o bairro Jardim Pantanal localizado às margens do rio Tietê, sofre com os alagamentos e as enchentes.
- d) Frequentemente, o bairro Jardim Pantanal, localizado às margens, do rio Tietê, sofre, com os alagamentos e as enchentes.
- e) Frequentemente, o bairro Jardim Pantanal, localizado às margens do rio Tietê sofre com os alagamentos, e as enchentes.

CONHECIMENTOS EM LEGISLAÇÃO

11) Aponte a alternativa incorreta. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
- b) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- c) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- d) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- e) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

12) Aponte a alternativa incorreta. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- a) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades constituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal;
- c) avaliar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- e) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

13) Não integra processo e julgamento da licitação pela Comissão de Licitações:

- a) A verificação da conformidade de cada proposta com os preços ofertados pelos participantes;
- b) A verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital;
- c) A verificação da conformidade de cada proposta com os preços constantes do sistema de registro de preços;
- d) A verificação da conformidade de cada proposta com os preços correntes no mercado;
- e) A verificação da conformidade de cada proposta com os preços fixados por órgão oficial competente;

14) A partir das assertivas abaixo é possível concluir que:

I – o Regime Diferenciado de Contratação – RDC constitui procedimento licitatório disciplinado na Lei Federal nº 8.666/93.

II – A pré-qualificação é procedimento prévio nas concorrências que recomendem análise mais detida da qualificação técnica dos proponentes.

III – A sessão pública da licitação ocorre em momento subsequente à publicação do edital da licitação na forma da lei.

IV – A sessão pública da licitação deve ser realizada em todas as hipóteses de contratação realizada pela Administração Pública.

- a) a alternativa I é a única correta
- b) todas as alternativas estão corretas
- c) a alternativa IV é a única incorreta
- d) as alternativas I e IV estão incorretas
- e) as alternativas II e III estão corretas

15) Não é princípio da licitação pública expresso na Lei Federal nº 8.666/93:

- a) legalidade
- b) transparência pública
- c) vinculação ao instrumento convocatório
- d) julgamento objetivo
- e) desenvolvimento nacional sustentável

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

16) Não constitui documento de regularidade fiscal e trabalhista para a Lei Federal nº 8.666/93:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou equivalente.
- b) Certificação de regularidade junto ao sistema de seguridade social.
- c) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- e) Certidão de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

17) Não é modalidade licitatória, nos termos da Lei Federal N.º 8.666/93:

- a) concorrência
- b) registro de preços
- c) convite
- d) concurso
- e) leilão

18) Não é considerado um crime licitatório, previsto na Lei Federal N.º 8.666/93:

- a) Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório.
- c) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
- d) Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- e) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

19) Não são cláusulas essenciais ao contrato administrativo, segundo o Estatuto Federal Licitatório:

- a) regime de execução ou a forma de fornecimento;
- b) execução extrajudicial da parcela inadimplida pela contratada;
- c) casos de rescisão;
- d) a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- e) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20) As despesas empenhadas à conta do orçamento anual, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício financeiro, processadas ou não, serão consideradas:

- a) Dívida fundada
- b) Restos a pagar
- c) Exercícios findos
- d) Dívida Ativa
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

21) Conforme determina a Lei 4.320/64:

- a) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele recolhidas;
- b) pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente pagas;
- c) o exercício financeiro coincide com o ano civil;
- d) consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas até o término do exercício financeiro;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

22) Os créditos extraordinários serão abertos:

- a) Por despacho da autoridade competente
- b) Por Lei
- c) Por Decreto do Poder Executivo
- d) Devido a emergência não precisam ser abertos
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

23) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais,

- a) mesmo que não possam ser recebidos;
- b) desde que factíveis;
- c) acrescido dos juros a eles pertinentes;
- d) vedadas quaisquer deduções;
- e) nenhuma das alternativas anteriores;

24) Dentre as respostas, assinale a alternativa incorreta. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e:

- a) disporá também sobre equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) disporá sobre a escolha de membros do respectivo Tribunal de Contas;
- c) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9o e no inciso II do § 1o do art. 31;
- d) disporá sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- e) disporá sobre as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

25) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Dentre as alternativas a seguir, uma está incorreta:

- a) A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.
- c) Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas de execução orçamentária e financeira que não permitam a consolidação de dados de modo a manter o sigilo das informações.
- d) Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.
- e) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

26) Responda a alternativa incorreta. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

- a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- b) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- c) A estimativa do impacto orçamentário-financeiro será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas;
- d) As normas relativas à geração da despesa constituem condição prévia para empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras e também para desapropriação de imóveis urbanos;
- e) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

27) Não é um instrumento de planejamento municipal, conforme o Estatuto da Cidade:

- a) O plano diretor.
- b) O google street view.
- c) O zoneamento municipal.
- d) O plano plurianual.
- e) A gestão orçamentária participativa.

28) Quanto ao direito de superfície, previsto no Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de superfície abrange somente o direito de explorar o solo, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.
- b) Extingue-se pela morte do superficiário.
- c) É intransferível.
- d) A sua concessão será sempre onerosa.
- e) O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade

superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.

29) Sobre o art. 44 da Lei nº 10.257/01 é correto afirmar que:

- a) A gestão orçamentária participativa prevê a realização de debates, audiências e consultas públicas.
- b) A gestão financeira e orçamentária não apresenta qualquer relação com a política urbana ou com os pressupostos necessários para a efetiva gestão democrática da cidade.
- c) Os instrumentos legais de gestão financeira e orçamentária devem ser elaborados exclusivamente por critérios técnicos e jurídicos.
- d) O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e o Orçamento Anual não precisam passar por qualquer processo de participação popular antes de serem aprovados pela Câmara Municipal.
- e) A gestão democrática da cidade não é uma das prioridades do Estatuto da Cidade.

30) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), previstos na Lei Federal N.º 8.142/90, não serão alocados como:

- a) Despesas de custeio e de capital do Ministério do Planejamento, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
- b) Investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.
- c) Cobertura das ações e dos serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- d) Investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.
- e) Os recursos para a cobertura de ações e serviços de saúde, a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, destinar-se-ão a investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde.

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS